

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UMA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Criskeyla Fernandes dos Santos

RESUMO

A presente pesquisa destaca a importância da formação de professores, que desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação de qualidade, abordando os desafios enfrentados pelos educadores, e o impacto dessa formação na educação inclusiva. O método utilizado foi o analítico-sintético, onde foram identificados os principais pontos relacionados à importância da formação de professores na educação inclusiva. Além disso foi realizada uma pesquisa investigativa analisando a prática pedagógica em uma sala de aula, da rede particular e uma da rede pública no município de Campina Grande/ PB, para explicar esses desafios. Ser professor é enfrentar as pluralidades contidas em sala de aula, é saber que cada criança, seja ela típica ou atípica irá necessitar de um atendimento individualizado, e devido a diversidade de crianças com diferentes características e necessidades em sala. Quando falamos na formação inclusiva, se trata de uma formação destinada a capacitar profissionais competentes para lidar desde deficiências físicas e sensoriais até dificuldades de aprendizagem, desse modo se faz necessário que os profissionais da educação estejam preparados para atender a grande variedade de alunos. A formação adequada capacita os professores, para que assim eles possam e saibam adaptar suas práticas pedagógicas, invés de pretender que os alunos se adaptem, oferecendo assim suporte de qualidade individualizado a cada indivíduo. Investir na formação do corpo docente é fundamental para garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade.

Palavras-Chave: Práticas pedagógicas, individualização, educação de qualidade.

INTRODUÇÃO

O ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, está estabelecido na Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990, bem como na Constituição Federal de 1988, garantindo o direito de alunos com deficiência a receberem atendimento especializado. No entanto, a falta de preparo e capacitação dos profissionais prejudica a integração e participação desses alunos na educação regular. Esse dilema é amplamente debatido, visto que a inclusão de alunos com deficiência é um desafio que vai além da adaptação de atividades, exigindo uma mudança de mentalidade e práticas educacionais.

Neste contexto, a questão investigativa que guia este estudo é: Como os docentes compartilham suas experiências com alunos com deficiência? O objetivo desta pesquisa é compreender as vivências e visões dos professores em relação à inclusão de alunos com

deficiência no ensino regular, bem como identificar a importância da formação e recursos adotados para superar esses obstáculos e fomentar a inclusão desses estudantes.

METODOLOGIA

O método utilizado foi o analítico-sintético, onde foram identificados os principais pontos relacionados à importância da formação de professores na educação inclusiva. Além disso foi realizada uma pesquisa investigativa analisando a prática pedagógica em uma sala de aula, da rede particular e uma da rede pública no município de Campina Grande/ PB, para explicar esses desafios. A pesquisa se deu a partir de 6 dias de observação, somatizando em 30 horas, sendo divididos em três dias. Com o objetivo de que o anonimato fosse garantido, o nome das instituições e das profissionais acompanhadas não foram revelados.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

1. Levantamento histórico

Para esclarecermos mais esse assunto, se faz necessário um apuramento histórico,

No Brasil, em 1854, inicia o atendimento às pessoas com deficiência, com a criação de instituições no decorrer da década de 50, sendo voltadas para pessoas cegas, surdas, pessoas com deficiência mental e superdotação. No início da década seguinte, é criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, dispondo da Lei nº 4.024/61 que vem garantir o direito à educação às pessoas com deficiência. Até então, não se tinha um sistema capaz de atender de modo educacional esse público. Na década de 70, no ano de 1973, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP é criado pelo Ministério da Educação- MEC, com intuito de alavancar a educação as pessoas com deficiência e superdotação.

Em 1988, pós Ditadura Militar, foi criada Constituição Federal construída a partir da participação intensa da sociedade e discussões. De acordo ela, a educação é definida como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Art. 205). Ademais, está disposto no Art. 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, enquanto o Art. 208 garante que é o dever do Estado em oferecer atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

No Brasil, não era frequente falar em Educação Especial até meados dos anos 50, passando a ter grande relevância quase quarenta anos depois. Mesmo com a aprovação das leis citadas anteriormente, a educação inclusiva só começou a ganhar força a partir da Declaração de Salamanca (1994), onde estabelece que a educação é um direito de todos, independentemente das diferenças individuais, e que a escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos às especificidades da escola, sendo resultado de muitas lutas. Essa declaração passou a definir os princípios, políticas e práticas. No mesmo ano, acontece a publicação da Política Nacional de Educação Especial, que servia como “guia” para a interação desses indivíduos em um ambiente escolar. Após ganhar força, do início dos anos dois mil até os dias atuais, foram criadas diversas instituições e diversas leis, essas asseguradas desde 1988 pela constituição federal, o que nos deixa um questionamento “como pode uma lei tão antiga, ainda precisar de reafirmação a partir de outras leis? ” Seria então uma falha governamental ou negligência social, deixando portadores de necessidades especiais a margem da sociedade?

2. Formação dos profissionais da educação

Em 2007, o governo federal lança o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, que visa melhorias na educação básica, sendo alguns de seus eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais.

Infelizmente, a prática observada destoa em partes da teoria. As observações foram realizadas em duas instituições de ensino, sendo uma escola municipal e uma escola da rede privada, ambas renomadas, localizadas na cidade de Campina Grande –PB. As duas escolas possuem rampas para acessibilidade em todos os ambientes para pessoas com deficiências físicas, que tenham limitações em sua locomoção, mas apenas a escola da rede privada possui piso tátil de alerta, utilizados por deficientes visuais. No que diz respeito aos recursos, apenas a escola da rede municipal de ensino disponibiliza de uma sala com esses recursos, para o Atendimento Educacional Especializado-AEE, sendo de extrema importância pois essa sala permite que os estudantes portadores de deficiência sejam incluídos no ensino regular. Sendo um ponto negativo a falta dela na instituição privada, que contém apenas uma sala, chamada sala da psicomotricidade, toda acolchoada do chão até o teto, para que as crianças possam “gastar energia”, mas apenas as crianças do infantil fazem uso, não sendo disponibilizada as do ensino fundamental. Quanto a formação de professores, em relação ao município as professoras já são senhoras de idade madura, acima de seus 40 anos, todas concursadas. Em um momento de conversa como são realizadas a formação de professores, puderam explicar que as formações

existem e são disponibilizadas para elas, no entanto os horários das formações nunca são favoráveis a todas, que por vezes acabam não participando. Na rede privada de ensino, todas as professoras possuem formação em licenciatura em pedagogia, trabalhando de carteira assinada, as formações profissionais, ocorrem sempre aos sábados, e a frequência pode variar de três a seis meses, contudo após o crescente número de crianças com laudos de autismo, esse tem sido o enfoque central dessas reuniões, deixando as outras necessidades de lado.

Vale ressaltar que ambas possuem acompanhantes, na rede privada a escola não disponibiliza dessas profissionais para acompanharem as crianças com necessidades especiais, sendo assim contratadas pelos pais, muitas das vezes acabam fazendo o papel do professor invés de ser um suporte. Na escola observada essas acompanhantes não possuíam nenhum tipo de formação para lidar com as especificidades das crianças que foram contratadas para lidar, aprendendo a conviver com o tempo. Na rede pública também não é diferente, com a superlotação das salas de AEE que possuem profissionais com formação qualificada, as salas de aula convencionais acabaram necessitando de apoio, para garantir a escolarização, entretanto, a acompanhante também não tem nenhum tipo de formação específica, algumas sendo estudantes do curso de pedagogia.

3. Desafios na formação de professores

A preparação dos educadores também enfrenta obstáculos importantes que podem influenciar a qualidade do ensino e a eficiência dos professores. Um dos principais desafios é a integração de conteúdos e métodos educativos. Os docentes precisam ser capazes de unir diferentes abordagens e estratégias para atender às exigências específicas dos alunos, o que pode representar um desafio, especialmente para os profissionais mais inexperientes com essas situações e/ou mais antigos. Por outro lado, a formação dos professores implica no desenvolvimento de competências e habilidades específicas, como a capacidade de liderança, comunicação eficiente, gestão de sala de aula e solução de conflitos. Tais aptidões são essenciais para o êxito do professor, mas podem ser complicadas de aprimorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que, a capacitação de educadores é crucial para assegurar a excelência na educação e o êxito dos estudantes. Sua vivência é primordial para o aprimoramento profissional dos docentes, permitindo-lhes ajustar-se às transformações no ensino e nas tecnologias. Trata-se de um processo contínuo que demanda constante atualização de competências e saberes. A experiência é indispensável para que os docentes possam adequar-se às mudanças no ensino e

na tecnologia, além de desenvolver estratégias eficazes para atender às necessidades particulares dos alunos. A formação de professores constitui um processo intrincado que engloba a qualificação de profissionais para atuar em variados cenários educacionais, enfrentar distintas demandas e desafios, e criar as competências necessárias para lecionar e aprender.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA (Lei n. 8.069), Brasília 1990. Disponível em: [L8069 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 07 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

LAZARI, Ana. Disponível em: <https://formatacaoabnt.com/normas-abnt-para-referencias-site-artigo-livro-revista>.